



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 01/2021

“Dispõe sobre a higiene das edificações e terrenos.”

A **Câmara Municipal de Campo Largo** aprovou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - As edificações residenciais ou destinadas à produção, comércio, indústria e prestação de serviços deverão ser sempre mantidas em boas condições de uso.

Art. 2º - Os proprietários, inquilinos, ocupantes e administradores de imóveis são obrigados a conservar limpos os seus quintais, pátios, piscinas, edificações, telhados, calhas, marquises e coberturas em geral, a fim de impedir o abrigo ou a proliferação de vetores, de animais reservatórios de doenças infecciosas, bem como de animais peçonhentos.

Art. 3º - Os proprietários de terrenos, dentro dos limites do Município, deverão zelar por sua limpeza e conservação, ficando a fiscalização a cargo do Poder Público, por meio do órgão gestor municipal de urbanismo.

§ 1º - Aos proprietários de terrenos, nas condições previstas neste artigo, será concedido o prazo de 20 (vinte) dias, a partir do recebimento da Notificação Preliminar ou da publicação de edital no Diário Oficial do Município, para que procedam à sua limpeza, e, quando for o caso, à remoção dos resíduos neles depositados.

§ 2º - Expirado o prazo, o Município poderá prover ou terceirizar, mediante licitação, o serviço de roçada e remoção de resíduos, exigindo do proprietário:

- I. Pagamento de multa; e,
- II. Pagamento de taxa de limpeza, a qual será calculada com base nos indicadores de área, qualidade e quantidade dos resíduos oriundos do imóvel, e regulamentada em Decreto Municipal.

876/21
16/04/2021



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

Art. 4º - Os terrenos baldios situados em logradouros pavimentados devem ter, nos respectivos alinhamentos, muros ou cercas de fechamento em bom estado e aspecto de conservação.

Parágrafo Único: O infrator será notificado e deverá construir muro ou cerca no prazo de 90 (noventa) dias.

Art 5º - Todos os resíduos deverão ser separados, armazenados, transportados e destinados de forma ambientalmente correta com base no Código Ambiental e demais legislações vigentes.

Art 6º - Todas as edificações, independente do uso, deverão possuir abrigos apropriados para a guarda temporária dos resíduos, de forma que os resíduos comuns sejam devidamente acondicionados para a coleta, impedindo o acesso de vetores e animais.

Art 7º - Nos logradouros públicos é proibido jogar água ou atirar quaisquer outros objetos ou detritos que possam prejudicar a higiene, a segurança, o sossego e a saúde dos transeuntes e moradores de prédios e casas vizinhas.

Art 8º - Nenhuma edificação na área urbana pode ser habitada sem que disponha de rede de água, instalações sanitárias e tratamento de efluentes.

Art 9º - Serão permitidas nos imóveis urbanos ou rurais, providos ou não de rede de abastecimento de água, a abertura ou manutenção de cisternas, quando devidamente autorizados pelo órgão competente e/ou regulamentadas por legislação específica.

Art 10º - Os proprietários desses imóveis, dentro dos limites da área urbana, devem manter os quintais, pátios, lotes e terrenos em perfeito estado de conservação e manutenção.

§ 1º - Entendem-se como em perfeito estado de conservação e manutenção os imóveis nas seguintes situações:

- I. Ausência de resíduos;
- II. Vegetação herbácea roçada;
- III. Cercado ou murado;
- IV. Com passeio e calçada adequadamente construídos.

§ 2º - Fica proibida a execução de queimadas, durante a limpeza dos terrenos na área urbana.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

§ 3º - O morador da edificação em cujo interior ou dependências forem encontrados focos e vetores e animais reservatórios de doenças infecciosas, bem como animais peçonhentos, fica obrigado a adotar as medidas de profilaxia, visando sua eliminação.

§ 4º - A inobservância das obrigações previstas neste artigo implicará na aplicação de multa, conforme estabelecido.

§ 5º - Em caso de reincidência, no período de até 5 (cinco) anos, depois de cumpridas as formalidades legais e dentro do exercício em vigência, a multa será imposta em dobro cumulativamente, dispensada nova notificação.

§ 6º - Caberá aos órgãos competentes, fiscalizar o cumprimento das disposições previstas no caput deste artigo.

Art. 12º - Não será permitida a aplicação de agrotóxicos em plantações localizadas em áreas urbanas.

Art 13º - O Município visando ao interesse público, adotara medidas no sentido de coibir as ocupações irregulares e as residências insalubres, consideradas como as tais caracterizadas nos regulamentos sanitários e especialmente as:

- I. Com cômodos insuficientemente arejados ou iluminados;
- II. Com superlotação de moradores;
- III. Com porões servindo simultaneamente de habitação para outras pessoas, aves ou animais, ou como depósito de materiais de fácil decomposição;
- IV. Em que haja falta de asseio em geral no seu interior e dependências;
- V. Que não possuam abastecimento de água suficiente ao consumo e instalações sanitárias;
- VI. Que tenham sido construídas como material impróprio ou inadequado, favorecendo a proliferação de insetos; e,
- VII. Edificadas em áreas de risco, áreas de preservação permanente ou áreas de proteção ambiental.

Art 14º - Caso a edificação não possa servir para moradia, devido às suas condições de higiene, estado de conservação ou defeito de construção, o proprietário ou possuidor será notificado a fechar o imóvel dentro do prazo a ser estabelecido pelo órgão competente, não podendo reabri-lo antes de executados os melhoramentos exigidos.

§ 1º - Quando não for possível o saneamento da insalubridade da edificação devido à natureza do terreno em que estiver construído ou outra coisa equivalente e



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

no caso de iminente ruína, com prejuízo à segurança, será a edificação interditada a condenada à demolição.

§ 2º - A edificação interditada não poderá ser utilizada para nenhuma finalidade.

§ 3º - A competência para a fiscalização e execução do que dispõe este artigo será do órgão gestor municipal de urbanismo.

Art 15º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Campo Largo, 16 de abril de 2021.

Pedro Alberto Barausse

Presidente da Câmara Municipal de Campo Largo